



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**  
**GOVERNO DA PROVÍNCIA DE INHAMBANE**  
**DIREÇÃO PROVINCIAL DO PLANO E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL**

**A Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR)<sup>1</sup>**

**Enquadramento Institucional da EDR**

É um instrumento estratégico de planificação que visa induzir mudanças substanciais no padrão de acumulação na economia nacional, a favor dum envolvimento eficaz e eficiente da economia rural.

**Desenvolvimento Rural** é definido como sendo a melhoria das condições de vida, trabalho, lazer e bem-estar das pessoas que habitam o meio rural.

A estratégia de Desenvolvimento Rural foi aprovada pelo conselho de Ministros a 11 de Setembro de 2007 e apesar de possuir um carácter transversal, é tutelada a nível Central pelo Ministério de Administração Estatal através da Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural, sendo nos níveis Provincial e Distrital da tutela da Direcção Provincial de Plano e Finanças através do Departamento de Promoção do Desenvolvimento Rural e Governos Distritais respectivamente.

A estratégia de Desenvolvimento Rural esta subdividida em 5 capítulos a saber:

**Capítulo I**

Introduz, fundamenta e enquadra a necessidade de uma estratégia de desenvolvimento rural, no contexto do crescimento e desenvolvimento de Moçambique, tanto na actualidade como em termos das suas perspectivas possíveis e desejáveis para as próximas décadas. A razão fundamental da necessidade duma estratégia de desenvolvimento rural consiste em identificar, desenvolver e aplicar competências e aptidões específicas e distintivas que confirmam vantagens e capacidades de combate a dificuldades e carências, superação de desafios e obstáculos, num ambiente de relacionamentos geralmente conflituais ou competitivas.

As condições precárias e desvantajosas em que se encontram as áreas em Moçambique, mais do que meros planos e programas, necessitam de acções estratégicas, com vista a mudar a relação de forças, conquistando e expandindo vantagens comparativas, tanto ao meio urbano como em relação à economia internacional.

## **Capítulo II**

Fornece um breve panorama da situação actual e dos desafios futuros nas zonas rurais, com destaque para:

- Demografia e distribuição espacial da população

Os principais factores demográficos que determinam, directa e indirectamente, as dinâmicas rurais e que merecem destaque pela sua importância e impacto para as próximas décadas são: o crescimento populacional que acontecerá predominantemente no espaço rural, o qual cobre mais de 95% dos 799.380 km<sup>2</sup> do território nacional. As zonas rurais abrigam actualmente cerca de 2/3 da população moçambicana, proporciona 80% das actividades económicas e emprego para a população economicamente activa e produz entre 25 a 30% do valor acrescentado bruto, contabilizado oficialmente no produto interno bruto (PIB) do país.

- Urbanização e migração populacional

Presentemente, perto de 40% da população moçambicana vive nas zonas urbanas e todas as indicações disponíveis são de que o processo de urbanização continue a um ritmo acelerado. Com a urbanização surgem problemas quando esta concentra de forma desequilibrada e desordenada, num pequeno número de zonas metropolitanas, sem condições de absorção dos novos imigrantes, nem oportunidades de emprego, habitação, saneamento entre outros. Outro aspecto preocupante tem a ver com o êxodo rural pois faz com que haja “fuga” dos poucos profissionais e jovens com habilidades laborais que muita falta fazem aos seus locais de origem.

Isto não significa que a urbanização seja um fenómeno predominantemente negativo. Ela deriva e origina efeitos principalmente positivos, porque é determinada pelo progresso de diversificação de infra-estruturas, melhoria das condições de vida e das oportunidades de trabalho bem como de recreação e bem-estar social.

- Estrutura etária da população e a economia rural

A composição etária e sexual da população tem reflexo directo na força de trabalho. A população feminina contribui com o maior efectivo de trabalhadores agro-pecuários rurais (53% e 47% homens). No entanto, por razões sócio-culturais e desequilíbrios nas relações de género, cerca de 80% das explorações agrícolas são chefiadas por homens. Quanto à composição por idades, 1/3 das pessoas envolvidas em actividades agro-pecuárias são crianças e jovens de idades entre os 10 e 19 anos seguindo-se o grupo de 20-29 anos com 23% e restantes grupos etários 18% de 30-39 anos; 13% de 40-49 anos; 8% de 50-59 anos e 7% com mais de 50 anos de idade.

- A baixa produtividade agrícola no meio rural

A baixa produtividades agrícola nas áreas rurais reflecte a baixa eficácia e fraca eficiência na utilização do potencial produtivo fundiário disponível no país. É em reconhecimento desta situação que o governo através da EDR aponta soluções (organizativas, tecnológicas, institucionais e culturais) para uma gestão simultaneamente produtiva e sustentável, dos recursos naturais rurais, sobretudo dos recursos agrários e agro-florestais.

- O crescimento económico nacional e a dependência em relação à economia urbana e à dependência externa

A agricultura é a base de sustento e trabalho da maioria da população rural. Um dos grandes desafios, neste âmbito, será a criação de bases para a transformação agrária e a integração da agricultura numa economia mais produtiva, competitiva e melhor articulada com a economia da África Austral e a economia internacional.

A diversificação de opções disponíveis implica ter que lidar com um tipo de economia agrária de carácter dualista. Tal dualidade tem duas facetas distintas, mas relacionadas entre si. Uma das formas de dualidade, reside no facto de as actividades de desenvolvimento agrário, se basearem simultaneamente no estímulo das necessidades económicas dos grandes sectores comerciais, e, nas necessidades sociais dos pequenos produtores de subsistência. Estas diferenças coexistem interagindo apenas marginalmente, através de contactos limitados nos mercados de produtores e de mão-de-obra.

A outra faceta do dualismo está no comportamento perverso da mão-de-obra, capital e mercado de produtos, na qual o sector industrial moderno, interage com as sociedades tradicionais, ou seja, a coexistência de um sector de alta produtividade voltado para as exportações, com um sector de baixa produtividade que produz para a subsistência e limitadamente para o mercado doméstico.

- O desenvolvimento humano, a pobreza humana e as desigualdades sociais e regionais.

O Índice de desenvolvimento humano (IDH) tem sido entendido a nível internacional, como o alargamento das escolhas das pessoas, nomeadamente em termos de longevidade ou esperança de vida, conhecimento e padrão de vida individual medido pela renda per capita. O Índice de desenvolvimento humano em Moçambique, no geral, tem registado lentamente uma progressiva melhoria. No entanto, existem algumas diferenças entre províncias e entre zonas urbanas e rurais.

O índice de pobreza humana (IPH) é baseado no conceito de privações humanas. Seis províncias apresentam-se com valores acima da média nacional, contra cinco com valores abaixo da média. Dados disponíveis sobre a pobreza revelam existirem indicações de que outros aspectos da pobreza humana nas áreas rurais estão a diminuir, mas de forma ainda bastante diferenciada e irregular.

### **Capítulo III**

Este capítulo faz a definição da visão da EDR

#### **Visão da Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR).**

A declaração da Visão é o compromisso do Governo em alcançar a médio e longo prazos a promoção dum ambiente dinâmico, saudável, estável vigoroso e seguro para as comunidades rurais.

Almeja-se que por volta de 2025 o desenvolvimento humano nas áreas rurais seja três vezes superior ao registado em 2005, entrando assim na faixa do desenvolvimento humano médio, derivado da transformação do padrão de acumulação na economia nacional, através duma economia rural mais competitiva e sustentável, ambientalmente equilibrada e socialmente estável e atractiva.

É também neste capítulo onde constam os cinco objectivos estratégicos da EDR a saber:

- 1. Competitividade, Produtividade e Acumulação de Riqueza Rural;
- 2. Gestão Produtiva e Sustentável dos Recursos Naturais e do Ambiente;
- 3. Expansão do capital Humano, Inovação e Tecnologia;
- 4. Diversificação e Eficiência do Capital Social, de Infra-estruturas e Institucional

- 5.Boa Governação e Planeamento para o Mercado

#### **Capítulo IV**

Faz-se uma abordagem das implicações financeiras da visão da EDR, com para dimensão do investimento público e privado. Com base em projecções, a EDR mostra que por volta de 2025, o produto interno bruto (PIB) de Moçambique poderá variar entre 30 e 60 milhões de USD.

Este crescimento da economia nacional resultará do sucesso que se irá conseguir na transformação da economia rural e o contributo desta para a riqueza nacional. Quanto maior for o contributo na economia rural, mais robusta e dinâmica poderá tornar-se a economia moçambicana, incluindo a própria economia urbana.

#### **Capítulo V**

Apresenta aspectos de Implementação, monitoria, avaliação e as etapas para a execução da EDR. Aponta ainda as vantagens comparativas regionais, apresenta uma carteira de projectos âncora rurais indicativos, e especifica o papel das entidades públicas e privadas, da sociedade civil e dos parceiros de cooperação.

A EDR deve ser vista como um instrumento de Acção estratégica, rolante, dinâmico e adaptativo, tanto à actualização dos dados melhorados que deverão ser igualmente recolhidos como aos desafios derivados de novas situações e mudanças reais.

A Implementação com sucesso da EDR implicará ao longo do tempo, progressivamente ou em etapas. Este processo deverá envolver todos os actores, tanto do sector público, como do sector privado e da sociedade civil, como também dos parceiros e investidores internacionais.

Para melhor compreensão da estratégia de desenvolvimento rural veja em [www.portaldogoverno.gov.mz](http://www.portaldogoverno.gov.mz)

<sup>1</sup> Documento Adaptado DPPFI/DPDRI